PROJETO DE LEI Nº 14/2023

Concede revisão geral anual – art. 37, X, da Constituição da República – aos cargos eletivos de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e aos Secretários Municipais, e dá outras providências.

CASSIANO DE ZORZI CAON, Prefeito Municipal de Ipê/RS, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, encaminho à Câmara de Vereadores, para apreciação e posterior votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, é concedida, nos termos da Lei Municipal nº 919/2003, pela aplicação do índice de 5,79% (cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento), sobre os subsídios dos Secretários Municipais, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Parágrafo único. O índice mencionado no caput deste artigo corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período de janeiro a dezembro de 2022.

Art. 2º A despesa decorrente desta Lei será atendida pelas dotações próprias do orçamento para o ano de 2023.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 2 de março de 2023.

CASSIANO DE ZORZI CAON
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 14/2023 – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Com o presente estamos submetendo à apreciação desta Egrégia Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei nº 14/2023 que “Concede revisão geral anual – art. 37, X, da Constituição da República – aos cargos eletivos de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e aos Secretários Municipais, e dá outras providências.

É assegurado pela Constituição da República o direito dos Agentes Políticos à revisão geral anual, o que foi regulamentado em nosso Município pela Lei Municipal nº 919/2003.

Para o exercício corrente, existe autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual aprovadas por esta Casa, bem como dotações orçamentárias e disponibilidade financeira suficiente para atender as despesas decorrentes desta Lei, observando-se o presente orçamento municipal.

Esta proposta também tem o intuito de repor os valores dos servidores cujo o Padrão de Vencimento 17 (Médicos) e uma vez que por força da lei, não perceberam os valores da reposição do ano de 2022, e também do reajuste da Lei Municipal Nº 1.965, de 23 de fevereiro De 2023.

Nos termos do artigo 225, I, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, estamos atribuindo ao presente Projeto de Lei, caráter de urgência.

Ante o exposto, ao apresentar este Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, renovamos nossos votos de protesto e elevada consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 2 de março de 2023.

CASSIANO DE ZORZI CAON
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Ivar Guerra
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipê/RS